RECEITA LIBERA MAIOR LOTE DE **RESTITUIÇÃO DA HISTÓRIA** E ENTRA NA ÚLTIMA SEMANA DO IR 2026 PÁG. 5

CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 15 • Sábado, 23 de maio de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

RECIFE TEM 5º PIOR ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA ENTRE CAPITAIS DO BRASIL, APONTA IPS



PÁG. 4

ARTIGO



POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

A LUTA PELA TRANSNORDESTINA TAMBÉM TEM OUTROS ATORES

PÁG. 5

INSS confirma vazamento de dados de 2 milhões de beneficiários após falha em sistema PÁG. 2



Crise do lixo explode em Olinda e reúne mais de 3 mil assinaturas por CPI PÁG. 3

Em Brasília Teimosa, desapropriações no Mercado do Peixe ampliam críticas à Prefeitura do Recife PÁG. 3



ÁGUAS DE PERNAMBUCO: Estado autoriza mais de R$ 3 bilhões em obras hídricas para a RMR e construção da Barragem Engenho Pereira PÁG. 2

Atendendo ação de Antônio Campos, Justiça determina medidas urgentes para preservar Mercado da Ribeira, em Olinda PÁG. 5





Governo lança crédito para motoristas de aplicativo comprarem carros de até R$ 150 mil PÁG. 4

ÁGUAS DE PERNAMBUCO: Estado autoriza mais de R$ 3 bilhões em obras hídricas para a RMR e construção da Barragem Engenho Pereira

Investimentos vão garantir proteção contra enchentes, abastecimento de água e esgotamento sanitário para o Recife e outras oito cidades

DIVULGAÇÃO



A governadora Raquel Lyra assinou, nesta quinta-feira (21), um pacote de ordens de serviço e autorizações de licitação somando R$ 3 bilhões de investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário na Região Metropolitana do Recife (RMR) dentro do programa Águas de Pernambuco. O principal destaque foi a autorização para o início das obras da Barragem Engenho Pereira, intervenção aguardada há décadas pela população de Jaboatão dos Guararapes e Moreno e considerada estratégica para auxiliar na contenção de enchentes e abastecimento de água na região.

"Temos aqui um investimento que é divisor de águas na história de Pernambuco. Além das ordens de serviço de hoje, também já entregamos obras, entre Região Metropolitana e Fernando Noronha, de R$ 270 milhões. Estamos em andamento com R$ 1,3 bilhão para esgotamento sanitário e ampliação do acesso à água. Autorizamos hoje novas obras, como a Barragem Engenho Pereira e perfuração de novos poços. Esses recursos só são possíveis porque colocamos a questão da água e do esgotamento sanitário como prioridade no nosso governo. Deixamos o discurso fácil de lado, arrumamos a casa, enfrentamos desafios importantes, para que esses investimentos virassem realidade", afirmou a governadora Raquel Lyra.

A Barragem Engenho Pereira será construída no Rio Jaboatão, com investimento de R$ 140 milhões. O reservatório terá capacidade para armazenar 25,67 milhões de metros cúbicos de água em uma área de 242 hectares. A estrutura terá uso múltiplo, servindo tanto para a contenção de cheias quanto para o abastecimento humano, com vazão projetada de até 750 litros por segundo. A previsão é de que as obras sejam concluídas até agosto de 2027.

O pacote também contempla a entrega de sete obras, assinatura de 12 ordens de serviço e publicação de 13 editais de licitação na RMR até junho deste ano. O secretário de Recursos Hídricos e Saneamento, Almir Cirilo, destacou que o conjunto de ações representa um avanço importante para a infraestrutura hídrica da Região Metropolitana. "Não consigo contar quantas vezes recebemos comunidades, prefeitos e movimentos sociais pedindo pela Barragem Engenho Pereira. Nós dizíamos com sinceridade que o Governo estava em uma luta grande para levantar recursos. Essa luta continuou, o dinheiro não faltou e hoje chega o grande momento de deflagrar a construção dessa obra tão ansiada pela população de Moreno e de Jaboatão", afirmou o titular da pasta.

O presidente da Compesa, Douglas Nóbrega, ressaltou que os investimentos fortalecem a capacidade operacional do sistema hídrico e ampliam a segurança no abastecimento da Região Metropolitana. "Só na Região Metropolitana mais de 1,5 milhão de pessoas vão ser beneficiadas. São mais de 40 obras, R$ 3 bilhões de investimentos, tanto em água quanto esgotamento sanitário. Todas as obras são importantes para cada região, mas a Barragem Engenho Pereira é uma obra emblemática, porque estava paralisada há muito tempo e vai ajudar no abastecimento e na segurança hídrica", explicou.

Com a retomada da obra, que estava parada há mais de 12 anos, o sentimento entre os municípios é de alívio.

ÁGUA - Na área de abastecimento de água, o pacote contempla as ordens de serviço para a implantação de novos poços em Olinda e Paulista; a implantação de ETA de ultrafiltração e requalificação da ETA de Moreno; a implantação da ETA e do sistema adutor de Navarro/Botafogo, em Olinda; além da requalificação da elevatória de Pirapama, no Recife, e da ETA Várzea do Una, em São Lourenço da Mata.

Entre os editais de licitação previstos, estão o Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da nova Escola de Sargentos, em Camaragibe; ampliação do SAA dos Curados e Manassu, em Jaboatão; reabilitação eletromecânica da ETA Botafogo, em Olinda; aquisição de eletrocentro para o Sistema Pirapama; requalificação da ETA Alto do Céu e Caixa D'Água e do Sistema Produtor Tapacurá, no Recife; além da ETA de ultrafiltração Parque Capibaribe e ampliação das elevatórias das ETAs Várzea do Una e Tapacurá, em São Lourenço da Mata.

Na área de abastecimento de água, os investimentos anunciados somam R$ 1,1 bilhão. Entre as entregas, estão a Adutora de Tabatinga, em Camaragibe, e um conjunto de poços, em Olinda e no Recife.

SANEAMENTO - Na área de esgotamento sanitário, foram assinadas ordens de serviço para implantação de sistema de esgotamento sanitário em bairros de Olinda e para ampliação das obras de esgoto do Recife, contemplando os bairros do Bongi, Mustardinha e os morros da Zona Norte. Já os editais de licitação liberados incluem o Sistema de Esgotamento Sanitário da nova Escola de Sargentos, em Camaragibe; ampliação do sistema de esgoto de Paulista, beneficiando também bairros de Olinda, como Fragoso, Jardim Atlântico, Rio Doce, Tabajara e Torres Galvão; além da continuidade das obras de ampliação da cobertura de esgoto no Recife, alcançando áreas de Setúbal, Cordeiro, Imbiribeira e Dois Unidos.

Ao todo, os investimentos previstos chegam a R$ 1,9 bilhão. Entre as obras que foram entregues, estão a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Cabo de Santo Agostinho, que contempla os bairros de Charnequinha, Cohab, São Judas Tadeu e Centro; ampliação do SES Fernando de Noronha; ampliação do esgotamento sanitário de Jaboatão, que contempla os bairros de Barra de Jangada, Cajueiro Seco, Candeias, Piedade e Prazeres; além da ampliação da rede de esgotamento sanitário do Recife, em atenção aos bairros do Pina, Mustardinha, Afogados, San Martin e Prado.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

INSS confirma vazamento de dados de 2 milhões de beneficiários após falha em sistema

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) confirmou o vazamento de dados de cerca de 2 milhões de beneficiários após uma falha de segurança identificada nos sistemas da Dataprev, estatal responsável pelo processamento das informações previdenciárias do governo federal.

O problema foi detectado no último dia 22 de abril e comunicado à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Segundo o INSS, informações cadastrais de segurados ficaram expostas após acessos indevidos registrados na plataforma digital da autarquia.

Entre os dados comprometidos estão informações cadastrais utilizadas em registros previdenciários. O instituto informou que a maior parte dos registros atingidos pertence a pessoas já falecidas, mas também houve exposição de dados de beneficiários ativos.

O episódio reacendeu críticas sobre a fragilidade da segurança digital em sistemas federais que armazenam informações sensíveis de milhões de brasileiros. Especialistas alertam que vazamentos desse tipo podem facilitar golpes financeiros, fraudes envolvendo empréstimos consignados e utilização indevida de dados pessoais.

O INSS afirmou que adotou medidas emergenciais de contenção após identificar a falha e informou que sistemas de monitoramento foram reforçados. A Dataprev também declarou que iniciou procedimentos internos de apuração e revisão dos protocolos de segurança.

Nos bastidores do governo, o caso ampliou preocupações sobre a vulnerabilidade de bases públicas de dados, especialmente após sucessivos episódios envolvendo fraudes em benefícios previdenciários e denúncias de uso irregular de informações de aposentados e pensionistas.

Documentos recentes do Tribunal de Contas da União já haviam apontado fragilidades na governança de dados do INSS e falhas estruturais nos mecanismos de segurança da informação da autarquia. Relatórios técnicos mencionaram limitações no controle de acessos, ausência de processos mais rígidos de monitoramento e deficiência na gestão de incidentes digitais.



O INSS informou que os beneficiários afetados poderão ser comunicados individualmente caso seja confirmada exposição de informações consideradas sensíveis. Até o momento, o órgão afirma que não houve indícios de alteração de benefícios ou invasão financeira direta nas contas dos segurados.



POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

"A POSTURA AGRESSIVA E INTIMIDATÓRIA DO SR. TUFI DAHER FILHO NÃO ME INTIMIDA, QUE É VENTRÍLOQUO E ALUGA A SUA TRUCULÊNCIA AO EMPRESÁRIO BENJAMIN STEINBRUCH", DISPARA ANTÔNIO CAMPOS

O advogado Antônio Campos divulgou uma dura nota pública em resposta ao executivo Tufi Daher Filho, ligado ao Grupo CSN e à TLSA, após críticas relacionadas à atuação judicial envolvendo a Ferrovia Transnordestina, no trecho Salgueiro–Suape, feita em nota de repúdio que ataca e tenta intimidar o advogado.

Na manifestação, Antônio Campos rebate alegações de derrota judicial, afirma que o processo ainda não teve julgamento de mérito, teve recurso parcialmente procedente, e acusa o grupo empresarial de impor prejuízos econômicos e estratégicos a Pernambuco com a retirada do Estado do traçado prioritário da ferrovia.

O advogado também endureceu o tom ao afirmar que não se intimida com a postura do executivo.

"Pernambuco só se curva para agradecer. Nunca diante da prepotência, da truculência ou de interesses privados que tentam se impor sobre os interesses públicos do Nordeste", afirmou.

Confira a nota na íntegra

"Com relação à nota de repúdio assinada por Tufi Daher Filho, executivo ligado ao Grupo CSN e à TLSA, em relação a artigo da minha lavra, tenho a esclarecer o seguinte:

1. Não existe qualquer "derrota" na ação popular ou qualquer procedimento por mim ajuizado, quanto a Transnordestina, trecho Salgueiro/Suape. O processo sequer foi julgado em seu mérito. Houve apenas apreciação parcial de recurso no TRF da 5ª Região, parcialmente provido em favor da tese defendida por meu recurso, encontrando-se atualmente em tramitação recurso especial perante o STJ quanto a pontos ainda controvertidos.

2. A verdadeira derrota é a imposta ao povo nordestino, especialmente a Pernambuco, pelo Grupo CSN, controlador da TLSA, que, mediante aditivo combatido na ação popular, retirou Pernambuco do traçado prioritário da Transnordestina, causando graves prejuízos econômicos, logísticos e estratégicos ao Estado. Quanto ao trecho cearense, multiplicam-se notícias de atrasos, problemas estruturais e sucessivas promessas não cumpridas.

DIVULGAÇÃO



3. O mesmo grupo vem promovendo o abandono da malha ferroviária nordestina e perseguindo entidades representativas dos ferroviários, como o SINDFER, que luta legitimamente pela preservação da infraestrutura ferroviária da região.

4. A postura agressiva e intimidatória do Sr. Tufi Daher Filho não me intimida, que é ventríloquo e aluga a sua truculência ao empresário Benjamin Steinbruch. Suas atitudes e intimidações já foram relatadas nos autos da ação popular e comunicadas ao Ministério Público Federal, que serão novamente cientificados. Permanecerei firme, adotando todas as medidas judiciais e institucionais cabíveis diante de qualquer abuso, ameaça ou tentativa de constrangimento.

5. Já comuniquei nos autos da ação popular e estou fazendo representação ao Ministério Público e a Polícia Federal sobre o assunto.

6. Pernambuco só se curva para agradecer. Nunca diante da prepotência, da truculência ou de interesses privados que tentam se impor sobre os interesses públicos do Nordeste.

7. Estou pronto para rebater, em legítima defesa, quaisquer medidas que o Sr. Tufi desejar.

Continuarei defendendo Pernambuco, a Transnordestina e o interesse público, no Judiciário, nas instituições e na sociedade civil. Não me intimidarei. Esse filho de Pernambuco resistirá.

Recife/Olinda, 22 de maio de 2026.

Crise do lixo explode em Olinda e reúne mais de 3 mil assinaturas por CPI

A crise na coleta de lixo em Olinda se transformou em mais um foco de desgaste político da gestão da prefeita Mirella Almeida e do seu vice Chiquinho. O problema já mobiliza moradores e lideranças políticas diante do acúmulo de resíduos em diversos bairros da cidade.

A iniciativa para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi apresentada pela vereadora Eugênia Lima (PT), que conseguiu reunir sete assinaturas favoráveis à abertura da investigação. Paralelamente, uma mobilização virtual organizada por moradores já ultrapassou três mil assinaturas cobrando providências imediatas da prefeitura.

O pedido de CPI pretende apurar possíveis irregularidades na execução do contrato da coleta de lixo, além da atuação da prefeitura na fiscalização do serviço prestado à população. Entre os pontos levantados estão atrasos recorrentes na coleta, lixo acumulado em vias públicas, descarte irregular em canais e denúncias envolvendo a situação financeira da operação.

Nos bastidores políticos, a crise ganhou ainda mais repercussão após informações sobre um débito estimado em cerca de R$ 2 milhões relacionado ao serviço de limpeza urbana. Lideranças políticas cobram esclarecimentos da gestão municipal sobre pagamentos, contratos e a capacidade operacional da empresa responsável pela coleta.

Moradores relatam que o problema já atinge áreas turísticas, mercados públicos e bairros residenciais. Em algumas localidades, sacos de lixo permanecem acumulados por dias nas ruas, provocando mau cheiro, aumento da presença de insetos e temor de agravamento de doenças.

DIVULGAÇÃO



O advogado e líder do movimento Resiste Olinda, Antônio Campos, afirmou que a situação revela um cenário de desorganização administrativa herdado e mantido pela atual gestão. "Olinda vive um colapso administrativo. Mirella e Chiquinho representam a continuidade do modelo político deixado por Lupércio e a população agora sofre as consequências de anos de improviso, descontrole e abandono da cidade", declarou.

Antônio Campos também criticou a condução da limpeza urbana no município. "O lixo espalhado pelas ruas virou o retrato da falência administrativa de Olinda. A cidade está entregue, sem planejamento e sem capacidade de resposta aos problemas mais básicos da população", acrescentou.

No Carnaval de 2026, período em que Olinda ganha mais visibilidade no cenário nacional, chamou atenção da imprensa e dos foliões o lixo acumulado nas ruas do Sítio Histórico. Vídeos mostravam blocos carnavalescos circulando e seus foliões tropeçando e caindo sobre montanhas de lixo. Mas a total ausência de coleta em algumas áreas da cidade já era uma realidade havia meses, com a população optando por queimar lixo nas esquinas para evitar a presença de ratos, baratas e outras pragas. As recentes chuvas, no início de maio, que elevaram o nível do rio Beberibe e atingiram dezenas de casas nos bairros de Peixinhos e Salgadinho, também reforçaram o problema do despejo de lixo doméstico nos rios e canais.

Em Brasília Teimosa, desapropriações no Mercado do Peixe ampliam críticas à Prefeitura do Recife

A decisão da Prefeitura do Recife de desapropriar imóveis e boxes na área do Mercado do Peixe, em Brasília Teimosa, gerou reação entre comerciantes, permissionários e moradores da região. A medida, publicada por meio de decreto municipal, ampliou críticas à condução da gestão da capital e provocou questionamentos sobre falta de diálogo e impactos sociais da intervenção.

Segundo o decreto, os imóveis localizados no entorno do mercado foram declarados de utilidade pública para fins de desapropriação. A prefeitura afirma que a iniciativa integra um projeto de requalificação urbana da área, considerada um dos principais polos tradicionais de comercialização de pescados do Recife.

Comerciantes, no entanto, afirmam que foram pegos de surpresa pela decisão e reclamam da

Foto: Marina Torres/DP



ausência de informações detalhadas sobre indenizações, prazos e eventual remanejamento das atividades econômicas. Trabalhadores da área relatam insegurança sobre o futuro das operações e temem perda de renda.

A repercussão negativa ocorre em meio a renúncia do prefeito João Campos, que intensificou agendas políticas mirando a disputa pelo Governo de Pernambuco em 2026. Durante o período, a administração municipal está sob responsabilidade do vice-prefeito Victor Marques.

Nos bastidores políticos, críticos da gestão afirmam que a prefeitura tem acumulado desgaste por priorizar projetos de impacto visual enquanto problemas estruturais seguem sem solução definitiva em diferentes áreas da cidade. Entre as cobranças recorrentes estão alagamentos, mobilidade urbana, situação de mercados públicos, limpeza urbana e precariedade em comunidades da periferia.

Moradores de Brasília Teimosa também demonstram preocupação com possíveis impactos econômicos e sociais da intervenção. Alguns comerciantes afirmam que dependem exclusivamente do movimento do Mercado do Peixe para manter a renda familiar e cobram maior transparência sobre o projeto urbanístico.

A medida também reacendeu críticas sobre a relação da prefeitura com trabalhadores informais e pequenos comerciantes. Permissionários alegam que faltam garantias concretas sobre continuidade das atividades após a execução das obras.

Enquanto a gestão municipal sustenta que o projeto busca modernizar a área e melhorar a infraestrutura urbana, o clima entre trabalhadores e moradores é de incerteza diante das desapropriações e da falta de informações mais detalhadas sobre o futuro do mercado e dos comerciantes atingidos.

Recife tem 5º pior índice de qualidade de vida entre capitais do Brasil, aponta IPS

Recife aparece entre as capitais brasileiras com pior qualidade de vida, segundo o Índice de Progresso Social (IPS) Brasil 2026, divulgado nesta terça-feira. A capital pernambucana ficou na 23ª posição entre as 27 capitais do país, ocupando o quinto pior resultado do ranking nacional.

O levantamento mede indicadores ligados a necessidades humanas básicas, bem-estar e oportunidades, analisando áreas como saúde, segurança, saneamento, moradia, educação, inclusão social e acesso a direitos.

Entre as capitais, Curitiba liderou o ranking nacional, seguida por Campo Grande e Brasília. Nas últimas posições aparecem Macapá, Porto Velho, Belém, Manaus e Recife. Confira o ranking das capitais brasileiras no IPS 2026:

DIVULGAÇÃO



1. Curitiba (PR)
2. Campo Grande (MS)
3. Brasília (DF)
4. São Paulo (SP)
5. Belo Horizonte (MG)
6. Goiânia (GO)
7. Vitória (ES)
8. Florianópolis (SC)
9. Palmas (TO)
10. João Pessoa (PB)
11. Rio de Janeiro (RJ)
12. Porto Alegre (RS)
13. Natal (RN)
14. Cuiabá (MT)
15. Teresina (PI)
16. Aracaju (SE)
17. Fortaleza (CE)
18. São Luís (MA)
19. Maceió (AL)
20. Salvador (BA)
21. Boa Vista (RR)
22. Rio Branco (AC)
23. Recife (PE)
24. Manaus (AM)
25. Belém (PA)
26. Porto Velho (RO)
27. Macapá (AP)

No ranking estadual, Pernambuco ficou na 16ª colocação entre as 27 unidades da federação. O estudo aponta desempenho abaixo da média nacional em indicadores relacionados principalmente à segurança pública, qualidade ambiental e infraestrutura urbana.

Veja o ranking dos estados:
1. São Paulo
2. Santa Catarina
3. Paraná
4. Distrito Federal
5. Rio Grande do Sul
6. Minas Gerais
7. Mato Grosso do Sul
8. Espírito Santo
9. Goiás
10. Mato Grosso
11. Tocantins
12. Rio de Janeiro
13. Rondônia
14. Paraíba
15. Rio Grande do Norte
16. Pernambuco
17. Ceará
18. Sergipe
19. Piauí
20. Bahia
21. Alagoas
22. Maranhão
23. Amazonas
24. Pará
25. Acre
26. Amapá
27. Roraima

O IPS Brasil utiliza dados oficiais públicos e indicadores sociais para medir qualidade de vida sem considerar apenas fatores econômicos, como PIB e renda per capita. Especialistas apontam que desigualdade social, violência urbana e deficiência histórica em serviços públicos ajudam a explicar os resultados de Recife e Pernambuco no levantamento.

Receita libera maior lote de restituição da história e entra na última semana do IR 2026

A Receita Federal abriu nesta sexta-feira a consulta ao primeiro lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física 2026. O pagamento é considerado o maior da história tanto em volume financeiro quanto em número de contribuintes contemplados e ocorre justamente na reta final do prazo para entrega das declarações.

Segundo a Receita, serão liberados cerca de R$ 16 bilhões para aproximadamente 8,7 milhões de contribuintes. O depósito será feito no próximo dia 29 de maio, mesma data em que termina o prazo oficial para envio da declaração sem aplicação de multa.

A consulta pode ser realizada no site da Receita Federal, no aplicativo Meu Imposto de Renda e também pelo portal e-CAC. Para verificar se foi incluído no lote, o contribuinte deve informar CPF, data de nascimento e o exercício da declaração.

O primeiro lote contempla prioritariamente idosos acima de 80 anos, contribuintes entre 60 e 79 anos, pessoas com deficiência física ou mental, portadores de doenças graves e profissionais cuja principal fonte de renda seja o magistério. Neste ano, também ganharam prioridade os contribuintes que utilizaram a declaração pré-preenchida e optaram pelo recebimento via Pix com chave CPF.

A Receita Federal informou que o lote recorde foi possível graças ao aumento do número de declarações entregues sem inconsistências, além da ampliação do uso de sistemas digitais automatizados no processamento das informações fiscais.

Com a proximidade do encerramento do prazo, a Receita intensificou os alertas para os contribuintes que ainda não prestaram contas ao Fisco. A expectativa do órgão é receber mais de 46 milhões de declarações neste ano. Até esta semana, milhões de contribuintes ainda não haviam concluído o envio dos dados.

Especialistas em contabilidade alertam que deixar a declaração para os últimos dias pode aumentar o risco de erros, inconsistências e congestionamentos no sistema da Receita. Também há preocupação com contribuintes que acabam omitindo informações por pressa, o que pode levar à malha fina. Quem perder o prazo estará sujeito a multa mínima de R$ 165,74, podendo chegar a 20% do imposto devido. Além disso, o CPF pode ficar com pendências junto à Receita Federal, dificultando financiamentos, emissão de passaporte e acesso a serviços bancários.

DIVULGAÇÃO



Outro ponto que chama atenção neste ano é a redução no número de lotes de restituição. Diferentemente dos anos anteriores, quando os pagamentos eram divididos em cinco etapas, o calendário de 2026 terá apenas quatro lotes. Os pagamentos ocorrerão em 29 de maio, 30 de junho, 31 de julho e 28 de agosto.

A Receita também reforçou o monitoramento sobre movimentações financeiras, operações digitais e cruzamento de dados bancários e patrimoniais. O avanço dos sistemas de fiscalização aumentou a capacidade de identificação de inconsistências, principalmente em casos envolvendo rendimentos não declarados, investimentos, criptomoedas e movimentações incompatíveis com a renda informada.

A orientação do órgão é que os contribuintes revisem cuidadosamente todas as informações antes do envio para evitar problemas futuros e atraso no recebimento da restituição.

Governo lança crédito para motoristas de aplicativo comprarem carros de até R$ 150 mil

O governo federal lançou uma nova linha de crédito voltada para motoristas de aplicativo e taxistas interessados na compra de veículos novos. Batizado de Move Aplicativos, o programa prevê até R$ 30 bilhões em financiamentos com condições especiais e juros reduzidos.

A iniciativa faz parte do programa Move Brasil e permitirá a compra de carros de até R$ 150 mil. Os veículos precisam atender critérios de sustentabilidade, incluindo modelos flex, híbridos flex, elétricos ou movidos exclusivamente a etanol. Além disso, as montadoras deverão estar habilitadas no Programa Mover.

Poderão participar taxistas com registro ativo e regularidade fiscal, além de motoristas de aplicativo com cadastro ativo há pelo menos 12 meses e mínimo de 100 corridas realizadas no mesmo período e na mesma plataforma.

Segundo o governo federal, o objetivo é facilitar a renovação da frota e reduzir custos de trabalhadores que atualmente alugam veículos para exercer a atividade. A expectativa oficial é que cerca de 1,4 milhão de profissionais possam ser beneficiados pela medida.

O financiamento terá prazo de até 72 meses, com possibilidade de carência inicial. O governo também discute taxas de juros abaixo da Selic para tornar as parcelas mais acessíveis aos trabalhadores do setor.

Para participar, os motoristas deverão acessar a plataforma oficial do programa pelo portal Gov.br e autorizar o compartilhamento de dados necessários para análise de elegibilidade. Após a validação do cadastro, o profissional poderá procurar uma instituição financeira credenciada para solicitar o financiamento. As montadoras participantes também deverão oferecer desconto mínimo sobre o preço de tabela dos veículos elegíveis ao programa. O governo avalia que a medida pode estimular o mercado automotivo e ampliar a circulação de veículos menos poluentes no país.

DIVULGAÇÃO





ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

A LUTA PELA TRANSNORDESTINA TAMBÉM TEM OUTROS ATORES

A coluna de Fernando Castilho, publicada nesta quinta-feira (21), no Jornal do Commercio, afirma que houve grande desarticulação política de Pernambuco em defesa da Ferrovia Transnordestina, especialmente no trecho Salgueiro–Suape. Contudo, com o devido respeito ao jornalista, a análise apresentada é incompleta.

O texto sustenta que o TCU tomou decisão desfavorável sem ter acesso a um estudo técnico elaborado pela Ceplan e pelo Observatório da Indústria/ Senai-PE, financiado por Suape, que defendia a viabilidade da obra. Se isso realmente ocorreu, causa estranheza que a Procuradoria do Estado não tenha acompanhado mais de perto a tramitação da matéria perante o Tribunal de Contas da União.

A reportagem destaca que:

■ a governadora Raquel Lyra e o então ministro Renan Filho teriam sido praticamente os únicos atores políticos a atuar pela retomada da ferrovia;

■ a bancada federal pernambucana teria permanecido inerte, sem pressionar por recursos ou apresentar emendas parlamentares relevantes para o projeto;

■ o estudo técnico produzido em favor da Transnordestina ficou "guardado" e sequer chegou ao TCU durante a investigação sobre a obra;
■ a Sudene só teria se mobilizado após a decisão do Tribunal de Contas;

Pernambuco recebeu menos recursos de emendas parlamentares em comparação com estados como Ceará e Bahia, que conseguiram defender seus projetos estratégicos com maior força política.

A matéria informa ainda que, apesar das dificuldades, o Ministério dos Transportes autorizou o lote SPS04, entre Custódia e Arcoverde, abrangendo 73 quilômetros de obras. Contudo, ainda não há previsão concreta para os demais trechos.

É preciso verificar a materialidade dessa documentação e sua efetividade prática — ou seja, o real início das obras — para que se possa acreditar, diante de tantas intercorrências e promessas frustradas.

O tom geral da reportagem, crítico à falta de mobilização política de Pernambuco em torno da Transnordestina e à perda de protagonismo do Estado frente ao Ceará, esquece de contextualizar aspectos fundamentais da questão.

Cabe também ao Governo do Estado e à bancada pernambucana diligenciar junto ao TCU e aos demais órgãos competentes sobre o tema. Inclusive, nunca foi ajuizado, perante a Corte de Contas, o recurso cabível contra a decisão que validou o aditivo que retirou Pernambuco do projeto principal da ferrovia. Tal medida ainda pode ser manejada e constitui importante instrumento de pressão política e

DIVULGAÇÃO



institucional, visando à revisão, total ou parcial, daquela decisão e de outras posteriores relacionadas à matéria.

Fica evidente que a CSN, de Benjamin Steinbruch, além de priorizar o trecho do Ceará, em parceria com a Construtora Marquise, também atua para retardar o trecho pernambucano, o que acaba valorizando economicamente sua própria obra. O jogo é pesado, chegando ao ponto de derrubar superintendente da Sudene que buscou defender a Transnordestina de Pernambuco.

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso no Ceará, afirmou que deveria ser cobrado caso a obra não fosse concluída no prazo prometido — cobrança que também precisa ser feita em relação ao trecho pernambucano.

ATRASO DA OBRA

"Eu imaginava realizar essa obra muito mais rápido. Essa obra foi um pedido do governador Miguel Arraes. Quando eu saí do Crato na campanha de 1989, eu dei uma carona de avião para Arraes e ele me pediu: 'Lula, se você ganhar as eleições, faça a Transnordestina'. Então eu tinha e tenho uma obsessão de fazer essa ferrovia", declarou o presidente.

Lula também afirmou que os apoiadores deveriam cobrá-lo caso a ferrovia não fosse entregue pronta, reconhecendo ainda que a empresa responsável pela obra o "enrolou muito" no passado.

Portanto, a resistência em favor da Transnordestina não foi exclusiva da governadora Raquel Lyra ou do ministro Renan Filho. O próprio presidente da República reconheceu a necessidade de cobrança pública quanto aos atrasos — o que se aplica diretamente ao caso de Pernambuco.

Existe também uma ação popular, por mim ajuizada, na qual houve decisão do TRF da 5ª Região, em agravo de instrumento parcialmente procedente (Acórdão nº 0807142-40.2023.4.05.0000), assegurando interpretação favorável ao Estado de Pernambuco e a futuros investidores, afastando a tese de que seria necessário o pagamento prévio de indenização à concessionária para possibilitar a relicitação do trecho Salgueiro–Suape.

No ponto em que o pedido não foi acolhido integralmente, há recurso especial interposto perante o STJ, atualmente em tramitação, buscando a reforma parcial da decisão.

O processo possui valor estimado em R$ 3,8 bilhões, em razão da correção do valor da causa promovida pelo juízo do feito. A ação ainda não foi julgada definitivamente, existindo até o momento decisão interlocutória parcialmente favorável.

Assim, a luta pela Transnordestina também ocorre na esfera judicial, inclusive com iniciativas do SINDFER — Sindicato dos Ferroviários — que sofreu fortes represálias.

Causa espanto, inclusive, que, na referida ação popular, o próprio Estado tenha pedido sua exclusão da lide, alegando ausência de interesse jurídico.

A questão exige posição mais firme da bancada pernambucana e da sociedade civil organizada. A luta é eminentemente política, mas também passa pelo Tribunal de Contas da União e pelo Poder Judiciário, estando a ação popular em trâmite na 2ª Vara Federal de Pernambuco, preventa para a matéria e com objeto vivo.

A minha parte, como cidadão, venho fazendo.

Pernambuco sempre. Essa injustiça precisa ser vencida.

Atendendo ação de Antônio Campos, Justiça determina medidas urgentes para preservar Mercado da Ribeira, em Olinda

A Justiça de Pernambuco determinou a adoção imediata de medidas emergenciais para preservar o Mercado da Ribeira, no Sítio Histórico de Olinda, diante do risco estrutural do imóvel e da possibilidade de desabamento. A decisão foi proferida pela 6ª Vara Cível de Olinda, atendendo ação popular ambiental e cultural movida pelo advogado e escritor Antônio Campos.

Na ação, Antônio Campos argumenta que o Mercado da Ribeira enfrenta um grave processo de deterioração desde 2021, com infiltrações, vigas comprometidas por cupins, telhado deteriorado e risco concreto à integridade de comerciantes, turistas e frequentadores do local. A ação também cita reportagens sobre o estado do imóvel, além da existência de recursos

DIVULGAÇÃO



públicos destinados à recuperação do mercado. Ao analisar o caso, o magistrado entendeu que há elementos suficientes para comprovar a urgência da situação e destacou o dever constitucional de preservação do patrimônio histórico-cultural. A decisão também leva em consideração o agravamento do cenário em razão das chuvas intensas.

Com isso, a Prefeitura de Olinda terá o prazo de 48 horas para realizar o isolamento das áreas de risco, instalar sinalização e barreiras de proteção, executar medidas emergenciais de escoramento estrutural e adotar ações para reduzir os impactos das intempéries, incluindo cobertura provisória e drenagem das áreas mais comprometidas.

A Justiça determinou ainda que o município apresente, em até 30 dias, um cronograma técnico completo para recuperação integral do imóvel, contendo laudo estrutural, projeto executivo de restauração, cronograma físico-financeiro e indicação da dotação orçamentária para execução das obras. A decisão menciona, inclusive, a utilização de uma emenda parlamentar de R$ 350 mil destinada à reforma do espaço, de autoria do deputado federal Augusto Coutinho.

Em caso de descumprimento das medidas determinadas, foi fixada multa diária de R$ 5 mil, limitada a R$ 500 mil.

Para Antônio Campos, a decisão representa uma importante vitória em defesa do patrimônio histórico de Olinda.

"A tutela concedida pela Justiça reconhece a gravidade da situação do Mercado da Ribeira e a necessidade urgente de preservação desse importante patrimônio histórico e cultural de Olinda. Esperamos que o Município cumpra imediatamente as determinações judiciais para evitar danos irreversíveis e garantir a segurança da população", afirmou.

O advogado informou ainda que já diligenciou a expedição das citações do Município de Olinda e das demais partes envolvidas na ação.